

## ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE JOÃO PESSOA

**Estudo Técnico Preliminar 9/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64240.000862/2026-30

**2. Descrição da necessidade**

2.1 Aquisição de pneus, óleos lubrificantes e baterias destinados à manutenção da frota de viaturas da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (B Adm Gu JP), do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado (15º BI Mtz) e do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (16º RC Mec), visando assegurar a continuidade do apoio logístico às atividades administrativas, operacionais e de instrução desenvolvidas pelas referidas Organizações Militares.

2.2 A presente demanda justifica-se pela necessidade contínua de manutenção preventiva e corretiva da frota de viaturas militares, essencial para garantir a disponibilidade, segurança e eficiência dos meios de transporte utilizados pelas Organizações Militares da Guarnição de João Pessoa.

2.2.1 Os pneus, óleos lubrificantes e baterias constituem insumos críticos para o adequado funcionamento dos veículos, impactando diretamente o desempenho mecânico, o consumo de combustível, a confiabilidade e a segurança nas operações. A ausência ou insuficiência desses materiais pode ocasionar falhas mecânicas, indisponibilidade de viaturas e aumento de custos com manutenção corretiva.

2.2.2 Destaca-se que o 15º BI Mtz e o 16º RC Mec possuem elevada demanda operacional, participando de atividades de instrução, adestramento, operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e apoio à Defesa Civil, o que exige elevado grau de prontidão e disponibilidade de meios.

2.2.3 A centralização da aquisição na B Adm Gu JP proporciona padronização dos insumos, ganho de escala, maior eficiência administrativa e melhor controle logístico, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência da Administração Pública.

2.2.4 Adicionalmente, a manutenção adequada da frota contribui para a segurança do efetivo militar, reduzindo riscos de acidentes, além de preservar o patrimônio público e assegurar a continuidade das atividades institucionais.

2.3 Os bens são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

2.4 A não contratação dos insumos acarretará a progressiva indisponibilidade da frota de viaturas, comprometendo o apoio logístico às atividades administrativas, operacionais e de instrução das Organizações Militares atendidas.

2.4.1 Poderá resultar, ainda, em aumento de falhas mecânicas, elevação dos custos com manutenção corretiva, redução da vida útil dos veículos e maior risco de acidentes, afetando a segurança do efetivo militar.

2.4.2 Além disso, a indisponibilidade de meios poderá impactar negativamente a capacidade de resposta das unidades em operações, atividades de adestramento e missões subsidiárias, como apoio à Defesa Civil e operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), prejudicando o cumprimento da missão institucional.

2.5 Considerando que pneus e baterias são produtos que geram resíduos de alto impacto ambiental, a necessidade abrange não apenas o fornecimento, mas o cumprimento da **Lei nº 12.305/2010 (PNRS)**, exigindo que a contratada realize a coleta e destinação final adequada dos itens inservíveis (logística reversa). Portanto, deverá ser o fornecedor

deve ser responsável pela coleta e destinação final ambientalmente adequada dos pneus usados, baterias inservíveis e óleos lubrificantes (e suas embalagens)

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Subseção de Transportes da B Adm Gu JP	EDEILSON FRANCELIO LOPES – 3º Sgt
Pelotão de Manutenção de Transporte do 15º BI Mtz	LUIZ EDUARDO DA SILVA CABRAL – 1º Ten
Oficina de Manutenção Regimental 16º RC Mec	LUCAS EDUARDO DE OLIVEIRA PONTES – 1º Ten

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/21.

4.2 Não há a necessidade de a atual contratada promover a transição contratual à nova contratada com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.3 **AQUISIÇÃO DE PNEUS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E BATERIAS** possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4.3.1 Dessa forma, a escolha da modalidade licitatória recai sobre o Pregão Eletrônico, conforme determinação da Lei nº 14.133/21.

4.5 Além das características usuais do mercado, os itens a serem licitados deverão buscar soluções ambientalmente sustentáveis.

4.6 Deverão ser priorizados a utilização de itens sustentáveis disponíveis no CATSERV.

4.7 Existe a necessidade da empresa a ser contratada conceder a garantia do material fornecido, conforme o prazo previsto em regramento do Código de Defesa do Consumidor. Além disso, a empresa a ser contratada deve prover assistência técnica necessária a eventuais ocorrências com o material dentro do prazo de garantia prevista.

4.8 A subcontratação não será autorizada.

A Licitante interessada deverá:

4.8. Ser empresa do ramo de atividade que guarde pertinência e compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.

4.9. Ter conhecimento de que seu credenciamento junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade dolícitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das contratações.

4.10 Realizar os cadastros necessários, conforme exigências especificadas no Edital, bem como, conferir seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente a correção, ou a alteração dos registros tão logo identifique a incorreção, bem como aqueles que se tornem desatualizados.

4.11 A entrega do objeto deverá ser em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local informados pelas Unidades requisitantes acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.12 A Contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor(Lei nº 8.078, de 1990).

4.13 A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizada a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa nº. 09, de 20 de julho de 2021 e da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

4.14 Só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe “A”, nos termos da Portaria INMETRO nº. 544, de 2012, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória e conforme alterações promovidas pela Portaria Inmetro nº. 365/2015

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1 Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, e contato com fornecedores especializados, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

5.2 Foi analisado, também, o processo de contratação de objeto idêntico realizado por esta Base visando atender o GCALC Gu JP do ano de 2025, de forma a se averiguar a descrições dos itens elencados, as condições de contratação, as necessidades específicas com relação às prestações dos serviços, bem como todas as informações úteis e relevantes que podem influenciar no processo de contratação atual.

5.3 Foram utilizadas as seguintes fontes de pesquisas:

5.3.1 Painel de Preços e PNCP: Consulte contratações similares no Painel de Preços e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5.3.2 Mídia Especializada: Sites de fabricantes e tabelas de referência de preços.

5.3.3 Cotações com Fornecedores: Solicite orçamentos detalhados, garantindo que as empresas tenham ramo de atividade compatível.

5.3.4 Base Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas: Pesquise valores praticados em vendas reais recentes.

5.4 Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação, a equipe de planejamento realizou o levantamento de mercado e identificou as seguintes considerações:

a) O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

b) Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

c) Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados;

d) Nas pesquisas feitas pela Equipe de Planejamento não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar;

e) A aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas;

f) Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento;

g) Uma forma de aquisição de pneus, seria através do contrato de manutenção, no entanto, seria mais onerosa, uma vez que estaríamos adquirindo de forma fracionada, a cada demanda gerada, de oficinas credenciadas e não de fornecedores especialistas, onde teríamos a variação de valores em cada compra;

5.5 Considerando as soluções disponíveis, a realização de uma contratação específica mostrou-se mais vantajosa para o órgão, considerando aspectos econômicos e de gerenciamento;

5.6 A solução escolhida objetiva manter o princípio da economicidade, optando pela contratação ser realizada com fornecedores especializados.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1 A aquisição de AQUISIÇÃO DE PNEUS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E BATERIAS, conforme o documento de formalização da demanda, por 12 (doze) meses, na frequência de entrega estabelecida pelo requisitante após emissão da nota de empenho.

6.2 A opção da contratação por demanda tem por objetivo adquirir o produto de forma parcelada, quando houver necessidade.

6.3 A solução considerada vantajosa neste estudo é a contratação por Pregão na forma Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 para que possamos finalizar o procedimento e emitir o empenho até o final do exercício financeiro vigente.

6.4. A empresa CONTRATADA deverá fornecer os pneus em perfeitas condições de uso e conservação, sendo os mesmos certificados pelo INMETRO com prazo de validade, conforme discriminado no Termo de Referência e Proposta do fornecedor.

6.5 A Contratada efetuará o fornecimento e entrega nos endereços e horários constantes do Termo de Referência.

6.6 A entrega deverá ocorrer na sua totalidade ou mediante demanda no prazo de até 30 (trinta) dias após o envio da nota de empenho, de modo a contratação mais adequada ser por Sistema de Registro de Preços.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1 As estimativas das quantidades já foram definidas previamente, conforme Documento de Formalização da Demanda, aprovado pelo Ordenador de Despesas.

7.2 Conforme a Portaria – SEF/C Ex Nº 209, de 24 de agosto de 2022 e Portaria – SEF/C Ex Nº 211, de 24 de agosto de 2022, serão cassadas as autonomias administrativas do 16º RC Mec (UASG 160172) e 15º BI Mtz (UASG 160174), respectivamente, em 31 de dezembro de 2022, concedendo autonomia administrativa parcial a essa Base, por motivo de reestruturação administrativa no contexto do projeto de implantação da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (UASG 160175). Deste modo, sendo o 16º RC Mec e o 15º BI Mtz, Unidades semiautônomas vinculadas à B Adm Gu JP para fins de gestão orçamentária e financeira, cabe a esta Base a aquisição de materiais e a contratação de serviços necessários às suas Organizações Militares Vinculadas (OMV), de acordo com as demandas informadas por elas. Desta feita, esta narrativa justifica a inclusão da demanda do 16º RC Mec e 15º BI Mtz junto a B Adm Gu JP.

7.3 As demandas apresentadas pelas Organizações Militares envolvidas – Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa, 15º Batalhão de Infantaria Motorizado e 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado – foram consolidadas em um único Documento de Formalização da Demanda (DFD), anexo a este ETP, contendo os quantitativos de pneus, óleos lubrificantes e baterias necessários ao atendimento das necessidades dessas unidades. Tais quantitativos foram avaliados pelas respectivas seções requisitantes, com base em históricos de consumo, registros de manutenção e previsões operacionais, considerando tanto as necessidades já registradas quanto possíveis demandas futuras relacionadas à manutenção de viaturas que, embora ainda não apresentem falhas, possuem probabilidade de desgaste em razão do uso contínuo.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.662.447,62

8.1 A presente contratação tem valor estimado de **R\$ 1.662.447,62 (um milhão e seiscentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos)**.

8.1.1 O referido valor foi determinado após ampla pesquisa de preços seguindo os parâmetros da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, conforme documentação juntada aos autos.

8.1.2 O valor estimado da contratação refere-se ao somativo das necessidades da B Adm Gu JP (UGG), 15º BI Mtz e 16º RC Mec (OMV à B Adm Gu JP).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A Lei nº 14.133/2021 incentiva o parcelamento do objeto nas licitações, conforme disposto no art. 40, inciso V, alínea "b", e no art. 47, §1º, com o objetivo de aumentar a competitividade e assegurar o melhor aproveitamento do mercado.

9.2 O Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula nº 247, reforça essa diretriz ao estabelecer que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, desde que o objeto seja divisível e o parcelamento não comprometa a economia de escala ou a integridade do conjunto: "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade." (Súmula nº 247-TCU).

9.3 Optar pelo parcelamento do objeto nesta contratação oferece diversas vantagens, alinhadas com os princípios da legalidade, eficiência, e economicidade:

9.3.1 Aumento da Competitividade: o parcelamento permite a participação de um número maior de fornecedores, incluindo micro e pequenas empresas, que podem não ter capacidade para fornecer a totalidade do objeto, mas estão aptas a oferecer serviços ou produtos específicos. Isso amplia a competitividade do certame, potencialmente resultando em propostas mais vantajosas para a Administração.

9.3.2 Adequação às Necessidades e Realidade do Mercado: a divisão do objeto em lotes ou itens distintos permite a contratação de fornecedores especializados em cada segmento específico, o que pode resultar em um serviço de melhor qualidade e em uma maior adequação às necessidades das Organizações Militares.

9.3.3 Eficiência na Execução: o parcelamento possibilita uma maior flexibilidade na gestão dos contratos, permitindo a realização de entregas e execuções de serviços de forma parcelada, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária, sem comprometer a continuidade das operações.

9.3.4 Mitigação de Riscos: com a contratação parcelada, a Administração Pública pode gerenciar melhor os riscos associados ao fornecimento ou à execução dos serviços, uma vez que não fica dependente de um único fornecedor para a totalidade do objeto. Caso ocorra um problema com um dos fornecedores, a Administração ainda terá outros contratos em execução.

9.4 Considerações sobre a economia de escala: embora o parcelamento possa resultar em menores economias de escala em comparação com uma contratação global, essa desvantagem é compensada pelas vantagens supracitadas, principalmente no que se refere à maior competitividade e à especialização dos fornecedores. Além disso, a divisão do objeto em partes menores não compromete a eficiência nem a integridade do conjunto, mantendo-se dentro dos parâmetros técnicos e econômicos aceitáveis.

9.5 Diante das vantagens apresentadas, e em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União, opta-se pelo parcelamento do objeto como a solução mais adequada para esta contratação. Esta abordagem garante a melhor relação custo-benefício, amplia a participação de licitantes e assegura

a prestação de serviços com a qualidade necessária para atender às necessidades da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa e das Organizações Militares vinculadas.

9.6 Considerando a conveniência de realizar a contratação de forma parcelada durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a disponibilidade orçamentária conforme cada descentralização de recursos realizada pelo Comando Logístico, e a necessidade de atender outras Organizações Militares da Guarnição de João Pessoa, a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços. Esta decisão é fundamentada no art. 3º, incisos II e III, do Decreto nº 11.462/2023, que estabelece:

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

(...)

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.”

9.7 Devido ser uma demanda permanente a possibilidade e amparado no art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021 a prorrogação da Ata de Registro de Preços se faz necessária, desde que atendidos os seguintes requisitos:

9.7.1 Prazo Limite: A prorrogação só pode ocorrer por mais 12 meses, totalizando o máximo de 24 meses de vigência.

9.7.2 Comprovação da Vantajosidade (Art. 84): Deve ser atestada a vantajosidade da prorrogação mediante a realização de uma nova pesquisa de mercado que prove que os preços registrados permanecem iguais ou inferiores aos praticados atualmente no mercado.

9.7.3 Manifestação de Interesse do Fornecedor: É necessária a manifestação do contratado, manifestando formalmente o interesse em manter os preços e as condições pelo novo período.

9.7.4 Previsão no Edital: É necessária a previsão em Edital de modo a evitar surpresa aos licitantes, embora prevista em lei.

9.7.5 Reajuste: É necessário o reajuste dos preços tomado com data de referência o orçamento estimado (Relatório de Pesquisa de Preços)

9.8 No levantamento da estimativa dos valores, em sendo ultrapassado o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por Item deverá ser criada cota reservada em favor dos Microempreendedores Individuais (MEI), as Micro-empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 Contratações correlatas e/ou interdependentes influenciam sobremaneira no levantamento da estimativa da contratação, visto que foram buscadas contratações já homologadas por outros Órgãos, conforme o Relatório de Pesquisa de Preços.

10.2 Esta contratação, mesmo sendo independente não se vislumbrou o risco de:

10.2.1 Ociosidade de equipamentos por falta de insumos ou instalação;

10.2.2 Custos adicionais de adaptação não previstos;

10.2.3 Perda de garantia por intervenção de terceiros no sistema principal."

10.3 A presente contratação visa apenas a aquisição de material para pintura predial, sua implementação não depende intrinsecamente de outras contratações. A segregação desses itens em certames distintos não afeta por si só a finalidade pública.

10.4 Na estimativa dos quantitativos foram consideradas nos Documentos de Formalização das Demandas a série histórica dos anos 2023, 2024 e 2025.

10.5 São contratações correlatas e /ou interdependentes as seguintes, visto estarem prevista no GCALC/JP

10.5.1 Pregão Eletrônico nº 90025/2026 Contratação de Serviço com aplicação de peças para Viaturas Leves e Pesados

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A contratação possui o seguinte alinhamento com o planejamento:

11.1.1 Objetivo Estratégico Organizacional nº 3 (OEO 3 – Aprimorar a infraestrutura de segurança, de apoio e de manutenção da OM)

11.2.2 Plano de Gestão 2024-2027 da B Adm Gu JP

11.2.3 PCA 2026 da B Adm Gu JP, cuja Id pca PNCP: 00394452000103-0-000335/2026, Data de publicação no PNCP: 15/05/2025:

11.2.3.1 Id do item no PCA, 51, Classe/Grupo: ÓLEOS COMBUSTÍVEIS, Identificador da Futura Contratação: 160175-9/2026

11.2.3.2 Id do item no PCA, 93, Classe/Grupo: 6135 - BATERIAS NAO RECARREGÁVEIS, Identificador da Futura Contratação: 160175-2/2026

11.2.3.3 Id do item no PCA, 118, Classe/Grupo: 2610 - PNEUS E CÂMARAS DE AR, EXCETO OS DE AERONAVES, Identificador da Futura Contratação: 160175-4/2026

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 Com a presente contratação, busca-se assegurar a disponibilidade contínua e o adequado funcionamento da frota de viaturas da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (B Adm Gu JP), do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado (15º BI Mtz) e do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (16º RC Mec), garantindo o pleno apoio às atividades administrativas, logísticas e operacionais.

12.2 Como benefícios diretos, espera-se a melhoria da eficiência e da eficácia na gestão da manutenção veicular, por meio da reposição regular de pneus, óleos lubrificantes e baterias, reduzindo a incidência de falhas mecânicas, o tempo de indisponibilidade dos veículos e os custos associados à manutenção corretiva.

12.3 Sob a ótica da economicidade, a contratação possibilitará melhor aproveitamento dos recursos financeiros, especialmente em razão da aquisição centralizada, que favorece o ganho de escala, a padronização dos insumos e maior controle sobre o consumo e a distribuição dos materiais.

12.4 No que se refere ao aproveitamento dos recursos humanos, a disponibilidade de viaturas em condições adequadas de uso contribui para maior produtividade das equipes, evitando interrupções nas atividades e reduzindo a necessidade de retrabalho decorrente de falhas mecânicas.

12.5 Como benefícios indiretos, destaca-se o aumento da segurança do efetivo militar durante os deslocamentos, a preservação do patrimônio público, com ampliação da vida útil dos veículos, e a melhoria da capacidade de resposta das Organizações Militares em operações, instruções e missões subsidiárias.

12.6 Adicionalmente, a adoção de práticas de manutenção preventiva contribui para impactos ambientais positivos, tais como a redução do consumo excessivo de combustível, a diminuição da emissão de poluentes e o correto gerenciamento e descarte de resíduos automotivos, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

12.7 Por fim, espera-se que a manutenção adequada da frota contribua para a melhoria da imagem institucional, evidenciando o compromisso com a boa gestão dos recursos públicos, com a segurança do efetivo e com a eficiência no cumprimento da missão constitucional do Exército Brasileiro.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1 Para solução em estudo há a necessidade de:

13.2. Consolidação da Demanda: Levante o histórico de consumo da frota e a previsão de uso para os próximos 12 meses.

13.2.1 Elaboração do ETP (Estudo Técnico Preliminar): Defina a real necessidade, avalie se é melhor comprar itens separados ou contratar um serviço de manutenção global (peças + mão de obra).

13.2.2 Escolha da Modelagem: Avalie a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP). É a melhor opção para pneus e baterias, pois evita estoques que se deterioram e permite adquirir conforme a necessidade.

13.4 Definição de Critérios Técnicos (Termo de Referência)

13.4.1 Exigência de Qualidade: Especifique marcas de "primeira linha" ou equivalentes, com certificação do INMETRO.

13.4.2 Padronização: Verifique os manuais dos veículos para listar as especificações exatas (medidas de pneus, amperagem de baterias e viscosidade API/SAE dos lubrificantes).

13.4.3 Garantia: Exija garantia mínima contra defeitos de fabricação (geralmente 5 anos para pneus e 12 a 24 meses para baterias).

13.5 Sustentabilidade e Logística Reversa (Obrigatório)

13.5.1 Cláusula de Descarte: Inclua a obrigatoriedade de o fornecedor recolher os itens inservíveis (pneus velhos, carcaças de baterias e óleo queimado) no ato da entrega dos novos.

13.5.2 Certificações Ambientais: Exija que a empresa contratada comprove o destino final adequado desses resíduos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10).

13.6 Pesquisa de Mercado e Preço

13.6.1 Cesta de Preços: Utilize o Painel de Preços, contratações recentes de outros órgãos e cotações diretas para balizar o valor máximo aceitável.

13.6.2 Análise de Exequibilidade: Cuidado com preços excessivamente baixos em pneus e lubrificantes, que podem indicar produtos remoldados ou de baixa performance, aumentando o risco de acidentes.

13.7 Gestão e Fiscalização do Contrato

13.7.1 Conferência no Recebimento: Designe um fiscal para verificar o DOT (data de fabricação) dos pneus (recuse itens com mais de 6 meses de fabricação) e a carga das baterias.

13.7.2 Controle de KM: Implemente uma planilha de controle para monitorar se a durabilidade dos itens entregues condiz com o prometido em edital.

13.8 Fase Externa (Licitação)

13.8.1 Modalidade: Utilize o Pregão Eletrônico, critério de julgamento pelo "menor preço por item" ou "menor preço por grupo".

13.8.2 Habilitação Técnica: Exija que os licitantes comprovem aptidão para o fornecimento de volumes compatíveis com a necessidade do órgão.



## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Deverão ser seguidas as orientações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pelo Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC), integrante da Consultoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU).

14.2 Aliado a isto, deverá ser observado:

### 14.2.1 Pneus (Resíduos de Degradação Lenta)

a) Acúmulo e Vetores de Doenças: O descarte incorreto em lixões ou terrenos baldios cria criadouros para mosquitos (*Aedes aegypti*) e roedores, gerando um problema de saúde pública.

b) Riscos de Incêndio: Pilhas de pneus são altamente inflamáveis. Quando queimados a céu aberto, liberam gases tóxicos (furano e dioxinas) e um óleo pirolítico que contamina o solo e lençóis freáticos.

c) Tempo de Decomposição: Pneus levam cerca de 600 anos para se degradarem na natureza.

### 14.2.2 Baterias Automotivas (Metais Pesados)

a) Contaminação por Chumbo e Ácido: Baterias contêm chumbo (metal pesado bioacumulativo) e solução de ácido sulfúrico. O vazamento desses componentes no solo mata a microbiota e torna a terra infértil.

b) Toxicidade Humana: O manuseio ou descarte incorreto expõe a população ao saturnismo (intoxicação por chumbo), que afeta o sistema nervoso e renal.

c) Poluição Hídrica: Metais pesados não são removidos por processos convencionais de tratamento de água, podendo contaminar reservatórios de abastecimento público.

### 14.2.3 Lubrificantes (Óleos e Embalagens)

a) Alto Potencial de Contaminação Hídrica: Apenas 1 litro de óleo lubrificante usado é capaz de contaminar 1 milhão de litros de água. Ele forma uma película na superfície que impede a oxigenação, matando a fauna e flora aquática.

b) Impermeabilização do Solo: O descarte no chão impede a infiltração da água da chuva e destrói a vegetação.

c) Emissões Atmosféricas: Se utilizado como combustível de forma clandestina (queima em caldeiras sem filtros), libera metais pesados e gases de efeito estufa.

### 14.2.4 Providências de Mitigação (O que colocar no Edital)

14.2.4.1 Para neutralizar esses impactos, a gestão pública deve exigir a Logística Reversa (Resoluções CONAMA e Lei 12.305/10):

a) Troca Obrigatória: Exigir que o fornecedor retire o item inservível (pneu usado, bateria velha, óleo queimado) no momento da entrega do novo.

b) Certificado de Destinação Final: O contratado deve apresentar o documento que comprove que o resíduo foi enviado para reprocessamento (recapagem de pneus, reciclagem de chumbo ou rerrefino de óleo).

c) Certificação do Fornecedor: Exigir o Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA para as empresas que farão a coleta e transporte desses materiais perigosos.

14.3 Ignorar esses impactos pode responsabilizar o gestor e o órgão público por crime ambiental, uma vez que a administração tem responsabilidade compartilhada sobre o ciclo de vida dos produtos que consome.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Pelo exposto, esta Equipe de Planejamento declara que a contratação pretendida é **viável**, uma vez que a mesma é indispensável para esta Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa e OM vinculadas, além de todas as justificativas já elencadas neste Estudo.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SAVIO DOMINGOS DE ARAUJO MEDEIROS**

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

**FELIPE ALVES MARTINS**

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação

**EDEILSON FRANCELINO LOPES**

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 2 - DFD CENTRALIZADO - 90020-2026.pdf (397.2 KB)
- Anexo II - SEI\_IBAMA - 1580217 - Ficha Técnica de Enquadramento - ÓLEO.pdf (158.5 KB)
- Anexo III - SEI\_IBAMA - 1587045 - Ficha Técnica de Enquadramento - PNEUS.pdf (167.81 KB)
- Anexo IV - SEI\_IBAMA - 1589028 - Ficha Técnica de Enquadramento - TRANSPORTE.pdf (157.37 KB)
- Anexo V - SEI\_IBAMA - 1591369 - Ficha Técnica de Enquadramento - ÓLEO.pdf (157.98 KB)
- Anexo VI - BI 37 - Nomeação da Equipe de Planejamento.pdf (231.98 KB)



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE JOÃO PESSOA**  
**(J R S da Paraíba/1908)**

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

Órgão: Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa	
Setor Requisitante: Equipe de Planejamento da Contratação	
Pregão SRP 90020/2026 – Aquisição de Pneus, Óleos Lubrificantes e Baterias	Período: 12 (doze) meses

**1. Justificativa da Necessidade**

1.1 Atualmente, Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa é a Organização Militar responsável por realizar a **Aquisição de Pneus, Óleos Lubrificantes e Baterias** para o 15º Batalhão de Infantaria Motorizado, para o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado e para a própria Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa. A aquisição dos itens atenderá as necessidades de aquisição periódica, frequente e parcelada, cujo objetivo é atender a demanda de material específico que é utilizado em todas as Organizações Militares da guarnição de João Pessoa, visando atender as necessidades de material de higiene e limpeza.

1.2 A aquisição dos materiais de higiene e limpeza é indispensável, devido a manutenção da integridade do ambiente de trabalho dos integrantes da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa e Organizações Militares Vinculadas, visando garantir a saúde e o bem-estar dos militares e servidores que coabitam os diversos locais da Instituição, bem como a preservação das instalações públicas, tendo em vista que a realização de manutenção adequada das edificações tem importante contribuição para a redução da deteriorização do patrimônio público, além de colaborar na economia dos recursos públicos.

1.3 Conforme a Portaria – SEF/C Ex Nº 209, de 24 de agosto de 2022 e Portaria – SEF/C Ex Nº 211, de 24 de agosto de 2022, foram cassadas as autonomias administrativas do 16º RC Mec (UASG 160172) e 15º BI Mtz (UASG 160174), respectivamente, a contar de 31 de dezembro de 2022, concedendo autonomia administrativa parcial a essa Base, por motivo de reestruturação administrativa no contexto do projeto de implantação da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (UASG 160175). Deste modo, sendo o 16º RC Mec e o 15º BI Mtz, Unidades semiautônomas vinculadas à B Adm Gu JP para fins de gestão orçamentária e financeira, cabe a esta Base a aquisição de materiais e a contratação de serviços necessários às suas Organizações Militares Vinculadas (OMV), de acordo com as demandas informadas pelas mesmas. Desta feita, esta narrativa justifica a inclusão da demanda do 16º RC Mec e 15º BI Mtz junto a B Adm Gu JP.

1.4 As quantidades informadas neste documento de formalização da demanda serão suficientes para atender esta Base pelo período de 12 meses, tomando-se por base os quantitativos levantados

pelas seções requisitantes para o ano de 2025 do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado e do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

1.5 A presente contratação encontra-se alinhada à Ordem de Instrução nº 1- GCALC que estabelece e regula o planejamento das licitações a serem executadas pelas OM no âmbito da Guarnição de João Pessoa no ano de 2026.

1.6 A contratação está alinhada com o previsto no Objetivo Estratégico Organizacional nº 3 (OEO 3 – Aprimorar a infraestrutura de segurança, de apoio e de manutenção da OM) do Plano de Gestão 2024-2027 da B Adm Gu JP e também foram inseridos no PCA 2026 da B Adm Gu JP, cuja ID no PNCP é 00394452000103-0-000335/2026, cujo identificador da futura contratação é 160175-9/2026.

1.8 Seguem, a seguir, os quantitativos solicitados pelas três Organizações Militares e o somatório dos mesmos.

2. Materiais/Serviços a serem adquiridos/contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS - ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E	CATMAT/ CATSER	B ADM GU JP	15° BI MTZ	16° RC MEC	NECESSI DADE ESTIMAD A	Valor Unitário	Valor Total
1	ÓLEO LUBRIFICANTE, PARA MOTORES À GASOLINA. CLASSIFICAÇÃO API SI SAE 10W40 (FRASCO DE 1 LITRO).	Litro	471192	10	0	33	43	R\$ 33,00	R\$ 1.419,00
2	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO, SAE 10W40 (GALÃO 20 LITROS)	Galão 20 litros	471186	0	0	22	22	R\$ 789,90	R\$ 17.377,80
3	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO, PARA MOTORES À GASOLINA, ÁLCOOL E GNV OU BIOCOMBUSTÍVEIS. CLASSIFICAÇÃO API SN SAE 10W40 (FRASCO DE 1 LITRO).	Litro	461567	1	0	0	1	R\$ 27,25	R\$ 27,25
4	ÓLEO LUBRIFICANTE, PARA MOTORES À GASOLINA. CLASSIFICAÇÃO API SI SAE 10W40 SINTÉTICO (GALÃO DE 20 LITROS).	Galão 20 litros	471192	5	0	0	5	R\$ 579,66	R\$ 2.898,30
5	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO, PARA MOTORES À GASOLINA, ÁLCOOL E GNV OU BIOCOMBUSTÍVEIS. CLASSIFICAÇÃO API CJ-4 GRAU SAE 5W30 (FRASCO DE 1 LITRO).	Litro	467708	10	11	66	87	R\$ 44,90	R\$ 3.906,30
6	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES DIESEL DE ALTA POTÊNCIA, SUPER ALIMENTOS, OPERANDO EM CONDIÇÕES SEVERAS, COM NÍVEL DE DESEMPENHO API SN, GRAU SAE 5W30 (FRASCO DE 1 LITRO).	Litro	471190	0	0	30	30	R\$ 44,09	R\$ 1.322,70
7	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTI VISCOSO PARA EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS: TIPO MINERAL, VISCOSIDADE SAE 10W30 (GALÃO DE 20 LITROS).	Galão 20 litros	461663	0	0	55	55	R\$ 589,08	R\$ 32.399,40
8	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTI VISCOSO PARA EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS: TIPO MINERAL, VISCOSIDADE SAE 30 (GALÃO DE 20 LITROS).	Galão 20 litros	467494	0	0	33	33	R\$ 612,25	R\$ 20.204,25
9	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTI VISCOSO MINERAL, COM NÍVEL DE DESEMPENHO API CI — 4, SL 15W40 (GALÃO 20 LITROS)	Galão 20 litros	461660	0	44	93	137	R\$ 642,13	R\$ 87.971,81
10	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTI VISCOSO MINERAL, COM NÍVEL DE DESEMPENHO API CI — 4, SL 15W40 (GALÃO 20 LITROS)	Galão 20 litros	461660	0	44	0	44	R\$ 642,13	R\$ 28.253,72

	DESTINADO A PEQUENAS EMPRESAS.								
11	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTI VISCOSO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES DIESEL DE ALTA POTÊNCIA, SUPER ALIMENTOS, OPERANDO EM CONDIÇÕES SEVERAS, COM NÍVEL DE DESEMPENHO API CI — 4, GRAU SAE 15W40 (GARRAFA 1 LITRO).	Litro	471969	15	0	11	26	R\$ 44,00	R\$ 1.144,00
12	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIUSO, TIPO MINERAL, VISCOSIDADE ISO 68.(GALÃO 20 LITROS).	Galão 20 litros	461657	1	0	0	1	R\$ 464,82	R\$ 464,82
13	ÓLEO HIDRÁULICO TIPO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS E SISTEMA DE DIREÇÃO HIDRÁULICA QUE ATENDA À ESPECIFICAÇÃO GM, FORD, WV E FIAT DO TIPO A. TAMBÉM APROVADO PELA MERCEDES BENZ PARA USO EM SISTEMAS DE TRANSMISSÃO QUE NÃO ACEITEM ÓLEOS COM NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-4 OU API GL-5. (FRASCO DE 1 LITRO).	Litro	246500	5	33	33	71	R\$ 57,00	R\$ 4.047,00
14	ÓLEO PARA SISTEMA DE FREIO DOT 4 (FRASCO 500 ML)	Unidade	263657	0	22	132	154	R\$ 41,74	R\$ 6.427,96
15	ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO, BIODEGRADÁVEL, ANTI-CORROSIVO. COMPONENTES: ETILENOGLICOL E ADITIVOS ANTIESPUMANTE.(FRASCO DE 1 LITRO)	Unidade	474425	15	0	110	125	R\$ 51,38	R\$ 6.422,50
16	ÁGUA DESMINERALIZADA PARA RADIADOR (GALÃO 20L)	Unidade	308649	2	44	22	68	R\$ 170,00	R\$ 11.560,00
17	GRAXA TIPO: BASE SILICONE PASTOSA PARA VEDAÇÃO(FRASCO 50G)	Unidade	466770	0	0	11	11	R\$ 52,33	R\$ 575,63
18	GRAXA TIPO SABÃO LÍTIO: PARA ROLAMENTOS E JUNTAS AUTOMOTIVAS. (BALDE 20KG)	Unidade	473648	0	33	11	44	R\$ 775,61	R\$ 34.126,84
19	DESENGRIPANTE SPRAY DESOXIDANTE E ANTIFERRUGEM PARA DESENGRIPAR PORCAS, PARAFUSOS E MECANISMOS EMPERRADOS, AO MESMO TEMPO QUE PROTEGE CONTRA FERRUGEM, CORROSÃO E ÚMIDA DE CONTEÚDO: (FRASCO DE 300 ML)	Unidade	262680	8	55	110	173	R\$ 30,00	R\$ 5.190,00
20	PNEU CONVENCIONAL: 1000X20 COM CÂMARA. O PNEU NÃO DEVE SER	Unidade	337564	0	99	26	125	R\$ 2.550,00	R\$ 318.750,00



	REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.								
21	PNEU CONVENCIONAL: 1000X20 COM CÂMARA. O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO. DESTINADO A PEQUENAS EMPRESAS.	Unidade	337564	0	0	40	40	R\$ 2.550,00	R\$ 102.000,00
22	PNEU CONVENCIONAL: 900X20 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	298939	1	0	0	1	R\$ 2.185,60	R\$ 2.185,60
23	PNEU CONVENCIONAL: 215/75 ARO R17,5 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	282178	0	22	5	27	R\$ 1.400,00	R\$ 37.800,00
24	PNEU CONVENCIONAL: 275/80 R22,5 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	295376	0	22	13	35	R\$ 2.000,00	R\$ 70.000,00
25	PNEU CONVENCIONAL: 175/70 R13 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	246794	5	22	0	27	R\$ 320,00	R\$ 8.640,00
26	PNEU CONVENCIONAL: 175/65 R14 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	344268	5	22	0	27	R\$ 573,00	R\$ 15.471,00
27	PNEU CONVENCIONAL: 185/65 R14 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	237674	0	0	4	4	R\$ 588,00	R\$ 2.352,00
28	PNEU CONVENCIONAL: 195/70 R15 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU	Unidade	407599	5	22	0	27	R\$ 442,77	R\$ 11.954,79

	REMOLDADO.								
29	PNEU CONVENCIONAL: 185/60 R15 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	268146	1	0	0	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
30	PNEU CONVENCIONAL: 195/55 R15 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	308647	0	22	5	27	R\$ 450,00	R\$ 12.150,00
31	PNEU CONVENCIONAL: 205/70 R15 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	248851	5	0	0	5	R\$ 639,99	R\$ 3.199,95
32	PNEU CONVENCIONAL: 205/55 R16 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	275418	0	22	5	27	R\$ 500,00	R\$ 13.500,00
33	PNEU CONVENCIONAL: 205/60 R16 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	427548	0	0	5	5	R\$ 690,00	R\$ 3.450,00
34	PNEU CONVENCIONAL: 205/75 R16 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	287675	0	0	5	5	R\$ 592,00	R\$ 2.960,00
35	PNEU CONVENCIONAL: 225/75 R16 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	269361	1	0	0	1	R\$ 1.160,00	R\$ 1.160,00
36	PNEU CONVENCIONAL: 265/70 R16 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	365686	5	0	22	27	R\$ 1.438,00	R\$ 38.826,00

37	PNEU CONVENCIONAL: 235/85 R16 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	296186	0	14	106	120	R\$ 1.100,00	R\$ 132.000,00
38	PNEU CONVENCIONAL: 235/85 R16 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO. DESTINADO A PEQUENAS EMPRESAS.	Unidade	296186	0	30	0	30	R\$ 1.100,00	R\$ 33.000,00
39	PNEU CONVENCIONAL: 265/65 R17 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	429862	1	0	0	1	R\$ 1.240,00	R\$ 1.240,00
40	PNEU CONVENCIONAL : 295/80 R22.5 COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	308380	0	0	8	8	R\$ 3.360,00	R\$ 26.880,00
41	PNEU TIPO MILITAR 1200 R20, ESTRUTURA RADIAL COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO.	Unidade	213391	0	0	20	20	R\$ 11.400,00	R\$ 228.000,00
42	PNEU TIPO MILITAR 1200 R20, ESTRUTURA RADIAL COM CINTA DE AÇO OU TECIDO, SEM CÂMARA (RADIAL), O PNEU NÃO DEVE SER REFORMADO, RECAUCHUTADO OU REMOLDADO. DESTINADO A PEQUENAS EMPRESAS.	Unidade	213391	0	0	6	6	R\$ 11.400,00	R\$ 68.400,00
43	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA DE 45 AMPERES, SISTEMA ELETROQUÍMICO, 12 VOLTS, COM DENSÍMETRO DE DIAGNÓSTICO SOBRE A TAMPA SUPERIOR (OLHO MÁGICO) COM A CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. CORRENTE DE PARTIDA A FRIO (CCA): MÍNIMO DE 330 A. RESERVA DE CAPACIDADE (RC): MÍNIMO DE 65 MINUTOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PELO	Unidade	397965	1	0	0	1	R\$ 748,00	R\$ 748,00

	FABRICANTE. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.								
44	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA DE 48 AMPERES, ELETROQUÍMICO, 12 VOLTS, COM DENSÍMETRO DE DIAGNÓSTICO SOBRE A TAMPASUPERIOR (OLHO MÁGICO) COM A CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. CORRENTE DE PARTIDA A FRIO (CCA): MÍNIMO DE 330 A. RESERVA DE CAPACIDADE (RC): MÍNIMO DE 65 MINUTOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PELO FABRICANTE. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	Unidade	404263	1	0	0	1	R\$ 393,00	R\$ 393,00
45	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA DE 50 AMPERES, ELETROQUÍMICO, 12 VOLTS, COM DENSÍMETRO DE DIAGNÓSTICO SOBRE A TAMPASUPERIOR (OLHO MÁGICO) COM A CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. CORRENTE DE PARTIDA A FRIO (CCA): MÍNIMO DE 340 A. RESERVA DE CAPACIDADE (RC): MÍNIMO DE 70 MINUTOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PELO FABRICANTE. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	Unidade	429708	1	0	13	14	R\$ 469,00	R\$ 6.566,00
46	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA DE 60 AMPERES, ELETROQUÍMICO 12 VOLTS, COM DENSÍMETRO DE DIAGNÓSTICO SOBRE A TAMPASUPERIOR (OLHO MÁGICO) COM A CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. CORRENTE DE PARTIDA A FRIO (CCA): MÍNIMO DE 460 A. RESERVA DE CAPACIDADE (RC): MÍNIMO DE 90 MINUTOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PELO FABRICANTE. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	Unidade	419344	2	0	13	15	R\$ 625,00	R\$ 9.375,00
47	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA DE 70 AMPERES, SISTEMA ELETROQUÍMICO, 12	Unidade	314235	1	22	39	62	R\$ 782,04	R\$ 48.486,48

	VOLTS, COM DENSÍMETRO DE DIAGNÓSTICO SOBRE A TAMPASUPERIOR (OLHO MÁGICO) COM A CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. CORRENTE DE PARTIDA A FRIO (CCA): MÍNIMO DE 500 A. RESERVA DE CAPACIDADE (RC): MÍNIMO DE 115 MINUTOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PELO FABRICANTE. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.								
48	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA DE 100 AMPERES, SISTEMA ELETROQUÍMICO, 12 VOLTS, COM DENSÍMETRO DE DIAGNÓSTICO SOBRE A TAMPASUPERIOR (OLHO MÁGICO) COM A CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. CORRENTE DE PARTIDA A FRIO (CCA): MÍNIMO DE 750 A. RESERVA DE CAPACIDADE (RC): MÍNIMO DE 150 MINUTOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PELO FABRICANTE. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	Unidade	375924	0	66	35	101	R\$ 953,64	R\$ 96.317,64
49	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA DE 100 AMPERES, SISTEMA ELETROQUÍMICO, 12 VOLTS, COM DENSÍMETRO DE DIAGNÓSTICO SOBRE A TAMPASUPERIOR (OLHO MÁGICO) COM A CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. CORRENTE DE PARTIDA A FRIO (CCA): MÍNIMO DE 750 A. RESERVA DE CAPACIDADE (RC): MÍNIMO DE 150 MINUTOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PELO FABRICANTE. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO. DESTINADO A PEQUENAS EMPRESAS.	Unidade	375924	0	0	20	20	R\$ 953,64	R\$ 19.072,80
50	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA DE 150 AMPERES, ELETROQUÍMICO, 12 VOLTS, COM DENSÍMETRO DE DIAGNÓSTICO SOBRE	Unidade	343099	0	22	19	41	R\$ 1.249,97	R\$ 51.248,77

[illegible]

3. **Previsão de data em que deve ser iniciada a contratação dos serviços**

Data estimada para a necessidade dos serviços: a partir de 04/05/2026.

Quartel em João Pessoa-PB, conforme data da assinatura digital.

**SÁVIO DOMINGOS DE ARAÚJO DE MEDEIROS – Cap**  
Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

**FELIPE ALVES MARTINS – 2º Sgt**  
Integrante Administrativo

**EDEILSON FRANCELINO LOPES – 3º Sgt**  
Integrante Técnico

- c. Relatório da Pesquisa de Preços e comprovantes das cotações, conforme IN SEGES nº 65/2021; e
- d. Termo de Referência Digital, conforme Art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES nº 81/2022.

Em consequência:

- a) O Chefe da Equipe de Planejamento deverá despachar a referida documentação com o Ordenador de Despesas até 26 FEV 26, e, mediante aprovação, encaminhar a documentação ao Fiscal Administrativo;
- b) Assim que tomarem conhecimento, os militares designados deverão comparecer à Seção de Planejamento e Integração - SPI para receber as orientações e os modelos de documentação; e
- c) O Subcomandante, a Seção de Pessoal, a Divisão de Aquisição, Licitações e Contrato, a Seção de Planejamento e Integração, os militares designados e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 78190, de 19 de fevereiro de 2026, da(o) Seç Pes)

b) Tendo em vista a necessidade de **90020-26 - Aquisição de Pneus, Óleos Lubrificantes e Baterias** e o que determina o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e Instruções Normativas, assim como o despacho exarado no Processo NUP 64240.000862/2026-30 designo para compor a Equipe de Planejamento da Contratação os seguintes militares:

Cap **SÁVIO** DOMINGOS DE ARAÚJO MEDEIROS - Chefe da Equipe;  
2º Sgt **FELIPE MARTINS** - Integrante Administrativo; e  
3º Sgt **EDEILSON FRANCELINO LOPES** - Integrante Técnico.

1. A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pela SALC. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

2. Caberá à Equipe elaborar os seguintes documentos e remetê-los à SALC via “Encaminhamento” no SPED 3.0:

- a. Estudos Técnicos Preliminares (ETP Digital), a fim de identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, conforme IN SEGES nº 58/2022;
- b. Mapa de Riscos Digital, conforme Inciso X, do Art. 18, da Lei nº 14.133/21;
- c. Relatório da Pesquisa de Preços e comprovantes das cotações, conforme IN SEGES nº 65/2021; e
- d. Termo de Referência Digital, conforme Art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES nº 81/2022.

Em consequência:

- a) O Chefe da Equipe de Planejamento deverá despachar a referida documentação com o Ordenador de Despesas até 26 FEV 26, e, mediante aprovação, encaminhar a documentação ao Fiscal Administrativo;
- b) Assim que tomarem conhecimento, os militares designados deverão comparecer à Seção de Planejamento e Integração - SPI para receber as orientações e os modelos de documentação; e
- c) O Subcomandante, a Seção de Pessoal, a Divisão de Aquisição, Licitações e Contrato, a Seção de Planejamento e Integração, os militares designados e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 78191, de 19 de fevereiro de 2026, da(o) Seç Pes)





Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

**FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO**

<b>Código:</b>	15 – 23	<b>Descrição:</b>	Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira – Resolução CONAMA nº 362/2005: art. 2º, XIV			
<b>Versão FTE:</b>	1.0	<b>Data:</b>	29/06/2018			
<b>PP/GU:</b>	Alto	<b>Tipo de pessoa:</b>	Pessoa jurídica:	Sim	Pessoa física:	Não

**A descrição compreende:**

- a recuperação, reciclagem, rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado, controlado pela Resolução CONAMA nº 362, de 2005;
- a recuperação de óleo lubrificante queimado;
- a produção de óleos lubrificantes recuperados (rerrefinados);
- a fabricação de óleos lubrificantes rerrefinados, com aditivos;
- a fabricação de óleos lubrificantes rerrefinados, sem aditivos;
- o depósito de óleo usado ou contaminado no estabelecimento do rerrefinador;
- o depósito para estocagem, no mesmo estabelecimento industrial em que ocorra a sua utilização, de produto perigoso que seja matéria-prima, insumo ou fonte de energia de processo industrial;
- o depósito de resíduos perigosos, no mesmo estabelecimento em que ocorra a sua geração, e que serão expedidos para tratamento, destinação ou disposição;
- o tratamento de efluentes industriais no próprio estabelecimento industrial gerador de efluentes.

É obrigada à inscrição no CTF/APP, declarando a atividade cód. 15 – 23, a pessoa jurídica que exerça atividade, em caráter permanente ou eventual, ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

**A descrição não compreende:**

(Para descrições com código em parênteses, consulte as respectivas FTE.)

- a fabricação de óleo combustível (15 – 2);
- a fabricação de óleos de petróleo (15 – 2);
- a fabricação de óleo diesel derivado do petróleo (15 – 2);
- a fabricação de óleos lubrificantes básicos, em primeiro refino (15 – 2);
- a fabricação de óleos lubrificantes com aditivos (15 – 2);
- a fabricação de óleo lubrificante acabado (15 – 2);
- a fabricação de gásóleo (óleo diesel) (15 – 2);
- a fabricação de gásóleo parafínico (15 – 2);
- a fabricação de gásóleos petrolíferos, não especificados (15 – 2);
- a fabricação de *fuel-oil* (óleo combustível) (15 – 2);
- a formulação de óleo diesel a partir de mistura de correntes de hidrocarbonetos (15 – 2);
- a fabricação de óleo diesel formulado (15 – 2);
- a fabricação de óleo derivado do petróleo para transmissões hidráulicas (15 – 2);
- a fabricação de produtos derivados de petróleo realizada fora de refinarias, tais como, óleos lubrificantes acabados, graxas lubrificantes, vaselina, líquidos para transmissões hidráulicas, etc. (15 – 2);
- a fabricação de óleos de corte (15 – 2);
- a fabricação de óleos desmoldantes ou antiaderentes (15 – 2);
- a fabricação de óleos lubrificantes acabados (15 – 2);
- a fabricação de óleos minerais brancos (óleos de vaselina ou parafina) (15 – 2);
- a fabricação de óleos para isolamentos elétricos (15 – 2);
- a fabricação de óleos para transformadores e disjuntores (15 – 2);
- a fabricação de óleos de minerais betuminosos (15 – 2);
- a fabricação de óleo derivado de minerais betuminosos para transmissões hidráulicas (15 – 2);
- a produção de óleo de alcatrão de madeira (15 – 2);
- a recuperação de solventes (15 – 7);
- a recuperação de óleos minerais (15 – 7);
- a recuperação de óleos vegetais (15 – 7);
- a recuperação óleos animais (15 – 7);
- o refino de solventes recuperados (15 – 7);
- o refino de óleos minerais recuperados (15 – 7);
- o refino de óleos vegetais recuperados (15 – 7);
- o refino óleos animais recuperados (15 – 7);
- o tratamento de resíduos sólidos urbanos (17 – 4);
- a destinação final de resíduos sólidos urbanos (17 – 4);
- o tratamento de resíduos sólidos industriais (17 – 59);
- o tratamento de efluentes industriais fora do estabelecimento industrial gerador de efluentes (17 – 59);

- o tratamento de lodo gerado em equipamentos e instalações de controle de poluição (17 – 59);
- o Depósito Fechado – DF para estocagem de produto perigoso que seja matéria-prima ou insumo de produção industrial (18 – 5);
- o Depósito Fechado – DF para estocagem de produto perigoso resultante de produção industrial (18 – 5);
- a importação de óleo lubrificante acabado, controlado pela Resolução CONAMA nº 362, de 2005 (18 – 13);
- a coleta e o transporte de óleo lubrificante usado ou contaminado, controlado pela Resolução CONAMA nº 362, de 2005 (18 – 14);
- o depósito rotativo para fins de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado, controlado pela Resolução CONAMA nº 362, de 2005, em estabelecimento obrigado a autorização ou licenciamento ambiental pelo órgão competente (18 – 80);
- o depósito de armazenador de resíduos perigosos (18 – 80);
- o depósito de resíduos perigosos para estocagem em fluxo de logística reversa (18 – 80).

Não é obrigada à inscrição no CTF/APP, em razão da atividade cód. 15 – 23, a pessoa jurídica que exerça atividade ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

#### Definições e linhas de corte:

- considera-se **resíduo perigoso** o que for classificado como perigoso pela *Lista Brasileira de Resíduos Sólidos*;
- considera-se **óleo lubrificante usado ou contaminado** o óleo lubrificante acabado que, em decorrência do seu uso normal ou por motivo de contaminação, tenha se tornado inadequado à sua finalidade original;
- considera-se **rerrefino de óleo usado ou contaminado** o processo industrial de remoção de contaminantes, produtos de degradação e aditivos dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, conferindo aos mesmos características de óleos básicos, conforme legislação específica;
- considera-se **rerrefinador** a pessoa jurídica responsável pela atividade de rerrefino, devidamente autorizada pelo órgão regulador da indústria do petróleo para a atividade de rerrefino e licenciada pelo órgão ambiental competente.

#### Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE

Agrupamento:	Código:	Descrição:
Atividade	1922-5/02	Recuperação de óleo lubrificante queimado
Atividade	1922-5/02	Produção de óleos lubrificantes recuperados (rerrefinados)
Atividade	1922-5/02	Fabricação de óleos lubrificantes rerrefinados, com aditivos
Atividade	1922-5/02	Fabricação de óleos lubrificantes rerrefinados, sem aditivos
Atividade	1922-5/02	Recuperação, reciclagem, rerrefino de óleos lubrificantes usados

A obrigação de inscrição, no CTF/APP, não se vincula à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, que pode ser utilizada como referência de enquadramento.

#### Outras atividades do CTF/APP, Cadastros do Ibama e Relatório Anual de Atividades

<a href="#">CTF/APP:</a>	consulte a relação de FTE.
<a href="#">CNORP:</a>	sim.
<a href="#">CTF/AIDA:</a>	sim.
<a href="#">RAPP:</a>	sim.

A declaração de atividades, no CTF/APP, que sejam constantes do objeto social da empresa ou da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ não desobriga a pessoa jurídica de declarar outras atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais que sejam exercidas pela empresa.

#### Observações:

-

#### Referências normativas:

1	<a href="#">Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981</a> (e alterações): art. 9º, XII; art. 17, II; Anexo VIII;
2	<a href="#">Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010</a> : referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP;
3	<a href="#">Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997</a> : referente à prevenção e ao controle de poluição da atividade <i>Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira</i> , por meio de licenciamento ambiental;
4	<a href="#">Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005</a> (e alterações): referente ao controle de óleos lubrificantes usados ou contaminados;
5	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 13, de 18 de dezembro de 2012</a> : referente à Lista Brasileira de Resíduos Sólidos;
6	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 1, de 25 de janeiro de 2013</a> : referente ao Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP;
7	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de março de 2013</a> (e alterações): referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP;
8	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 10, de 27 de maio de 2013</a> : referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA;
9	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 6, de 24 de março de 2014</a> (e alterações): referente ao Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP;
10	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 12, de 13 de abril de 2018</a> : referente ao Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RE-CTF/APP;
11	<a href="#">ABNT NBR 12235:1992</a> : Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento;
12	<a href="#">ABNT NBR 14752-2:2009</a> (e correções): Produtos químicos – Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente. Parte 2: Sistema de classificação de perigo.



Documento assinado eletronicamente por **SUELY MARA VAZ GUIMARAES DE ARAUJO, Presidente**, em 29/06/2018, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1580217** e o código CRC **722E45FF**.

Referência: Processo nº 02001.002090/2018-26

SEI nº 1580217



Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

#### FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO

<b>Código:</b>	17 – 63	<b>Descrição:</b>	Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 33, III			
<b>Versão FTE:</b>	1.0	<b>Data:</b>	29/06/2018			
<b>PP/GU:</b>	Médio	<b>Tipo de pessoa:</b>	Pessoa jurídica:	Sim	Pessoa física:	Não

#### A descrição compreende: (1) (2)

- a destinação de pneus inservíveis por meio de coprocessamento, de granulação, de industrialização do xisto/pirólise, de laminação, de trituração ou de regeneração da borracha; (3) (4)
- o depósito de pneus inservíveis em unidade de tratamento ou de destinação final;
- a destinação final de pneus inservíveis. (4) (5) (6) (7)

É obrigada à inscrição no CTF/APP, declarando a atividade cód. 17 – 63, a pessoa jurídica que exerça atividade, em caráter permanente ou eventual, ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

#### A descrição não compreende:

(Para descrições com código em parênteses, consulte as respectivas FTE.)

- o condicionamento de pneumáticos (9 – 7); (7)
- o ponto de coleta de pneus inservíveis;
- a central de armazenamento de pneus inservíveis;
- o transporte em território nacional de resíduos não perigosos.

Não é obrigada à inscrição no CTF/APP, em razão da atividade cód. 17 – 63, a pessoa jurídica que exerça atividade ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

#### Definições e linhas de corte: (8)

- considera-se **resíduo sólido** o material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;
- considera-se **resíduo especial** o resíduo de agroquímicos, afins e de suas embalagens; o resíduo de serviço de saúde; o resíduo pós-consumo de pneus; o resíduo pós-consumo de pilhas e baterias; o resíduo de construção civil; a substância controlada pelo Protocolo de Montreal pós-utilização;
- considera-se **pneu** (ou **pneumático**) o componente de um sistema de rodagem, constituído de elastômeros, produtos têxteis, aço e outros materiais que quando montado em uma roda de veículo e contendo fluido(s) sobre pressão, transmite tração dada a sua aderência ao solo, sustenta elasticamente a carga do veículo e resiste à pressão provocada pela reação do solo;
- considera-se **pneu inservível** o pneu usado que apresente danos irreparáveis em sua estrutura não se prestando mais à rodagem ou à reforma;
- considera-se **tratamento** o processo ou procedimento que altere as características físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas dos resíduos, podendo promover a sua descaracterização, visando a minimização do risco à saúde pública, a preservação da qualidade do meio ambiente, a segurança e a saúde do trabalhador;
- considera-se **tratamento térmico** todo e qualquer processo cuja operação seja realizada acima da temperatura mínima de 800º C;
- considera-se **destinação final de pneus inservíveis** os procedimentos técnicos em que os pneus são descaracterizados de sua forma inicial, e que seus elementos constituintes são reaproveitados, reciclados ou processados por outra(s) técnica(s) admitida(s) pelos órgãos ambientais competentes, observando a legislação vigente e normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, e a minimizar os impactos ambientais adversos.

#### Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE

<b>Agrupamento:</b>	<b>Código:</b>	<b>Descrição:</b>
-	-	-

#### Outras atividades do CTF/APP, Cadastros do Ibama e Relatório Anual de Atividades

<b>CTF/APP:</b>	na hipótese de destinação de pneus inservíveis por meio de coprocessamento em forno rotativo de produção de clínquer, a pessoa jurídica deverá declarar também a atividade <b>cód. 17 – 57 Tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos – Decreto nº 7.404/2010: art. 36.</b>
<b>CNORP:</b>	na hipótese de operação com resíduos perigosos.
<b>CTF/AIDA:</b>	na hipótese de exigência de plano de gerenciamento de resíduos, para identificar o respectivo responsável técnico.
<b>RAPP:</b>	sim.

A declaração de atividades, no CTF/APP, que sejam constantes do objeto social da empresa ou da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ não desobriga a pessoa jurídica de declarar outras atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais que sejam exercidas pela empresa.

#### Observações:

- (1) nos termos do art. 47 da Lei nº 12.305, de 2010, é proibido a destinação final ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos por meio de lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; pelo lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; pela queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; por outras formas vedadas pelo poder público;
- (2) nos termos do art. 7º da Resolução CONAMA nº 416, de 2009, a destinação de pneus inservíveis deve integrar o plano de gerenciamento de coleta, armazenamento e destinação de pneus inservíveis – PGP, cuja elaboração é de responsabilidade de fabricantes e importadores de pneus novos;
- (3) nos termos do art. 8º da Resolução CONAMA nº 264, de 1999, são considerados, para fins de co-processamento em fornos de produção de clínquer, resíduos passíveis de serem utilizados como substituto de matéria prima e ou de combustível, desde que as condições do processo assegurem o atendimento às exigências técnicas e aos parâmetros fixados, comprovados a partir dos resultados práticos do plano do Teste de Queima proposto;
- (4) nos termos do Parágrafo único de art. 12 da Resolução CONAMA nº 416, de 2009, a simples transformação de pneus inservíveis em lasca não é considerada destinação final;
- (5) nos termos do art. 15 da Resolução CONAMA nº 416, de 2009, é vedada a disposição de pneus usados no meio ambiente, tais como: abandono ou lançamento em corpos d'água, terrenos baldios ou alagadiços; ou a queima a céu aberto;
- (6) nos termos do art. 15 da Resolução CONAMA nº 416, de 2009, é vedada a disposição final de pneus usados em aterros sanitários;
- (7) nos termos do art. 14 da Resolução CONAMA nº 416, de 2009, é vedada a destinação final de pneus usados que ainda se prestem para processos de reforma, segundo as normas técnicas em vigor;
- (8) as descrições da Categoria 17 referentes a resíduos sólidos foram instituídas no ano de 2000, por meio do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981. Por força da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS e para fins de enquadramento de pessoas jurídicas no CTF/APP, considera-se a conceituação de destinação final de resíduos sólidos e de disposição final de rejeitos conforme Lei nº 12.305, de 2010.

**Referências normativas:**

1	<a href="#">Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981</a> (e alterações): art. 9º, XII; art. 17, II; Anexo VIII;
2	<a href="#">Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010</a> : referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos;
3	<a href="#">Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010</a> : referente à regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
4	<a href="#">Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997</a> : referente à prevenção e ao controle de poluição da atividade <i>Disposição de resíduos especiais</i> , por meio de licenciamento ambiental;
5	<a href="#">Resolução CONAMA nº 264, de 26 de agosto de 1999</a> : referente ao Licenciamento de fornos rotativos de produção de clínquer para atividades de co-processamento de resíduos;
6	<a href="#">Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009</a> : referente ao controle ambiental de pneus que, dispostos inadequadamente, constituem passivo ambiental e podem resultar em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública;
7	<a href="#">Resolução CONAMA nº 452, de 2 de julho de 2012</a> : referente a resíduos perigosos da Convenção de Basileia e a resíduos controlados;
8	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 1, de 18 de março de 2010</a> : referente à obrigatoriedade de coleta e destinação de pneus inservíveis atribuída aos importadores e fabricantes de pneu;
9	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de março de 2013</a> (e alterações): referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP;
10	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 6, de 24 de março de 2014</a> (e alterações): referente ao Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP;
11	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 12, de 13 de abril de 2018</a> : referente ao Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RE-CTF/APP.



Documento assinado eletronicamente por **SUELY MARA VAZ GUIMARAES DE ARAUJO, Presidente**, em 29/06/2018, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1587045** e o código CRC **09B7BA6A**.



Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

**FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO**

<b>Código:</b>	18 – 14	<b>Descrição:</b>	Transporte de cargas perigosas – Resolução CONAMA nº 362/2005			
<b>Versão FTE:</b>	1.0	<b>Data:</b>	29/06/2018			
<b>PP/GU:</b>	Alto	<b>Tipo de pessoa:</b>	Pessoa jurídica:	Sim	Pessoa física:	Não

**A descrição compreende: <sup>(1)</sup>**

- a coleta e o transporte de óleo lubrificante usado ou contaminado, controlado pela Resolução CONAMA nº 362, de 2005;
- o transporte rodoviário, ferroviário, fluvial e marítimo de óleo lubrificante usado ou contaminado.

É obrigada à inscrição no CTF/APP, declarando a atividade cód. 18 – 14, a pessoa jurídica que exerça atividade, em caráter permanente ou eventual, ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

**A descrição não compreende:**

(Para descrições com código em parênteses, consulte as respectivas FTE.)

- o transporte rodoviário de produto perigoso (18 – 1);
- o transporte ferroviário de produto perigoso (18 – 1);
- o transporte fluvial de produto perigoso (18 – 1);
- o transporte marítimo de produto perigoso (18 – 1);
- o transporte rodoviário, ferroviário, fluvial e marítimo de resíduos perigosos (18 – 74).

Não é obrigada à inscrição no CTF/APP, em razão da atividade cód. 18 – 14, a pessoa jurídica que exerça atividade ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

**Definições e linhas de corte:**

- considera-se **óleo lubrificante usado ou contaminado** o óleo lubrificante acabado que, em decorrência do seu uso normal ou por motivo de contaminação, tenha se tornado inadequado à sua finalidade original.

**Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE**

<b>Agrupamento:</b>	<b>Código:</b>	<b>Descrição:</b>
Subclasse	4911-6/00	Transporte ferroviário de carga
Subclasse	4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos
Subclasse	5011-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - carga
Subclasse	5012-2/01	Transporte marítimo de longo curso - carga
Subclasse	5021-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia
Subclasse	5091-2/02	Transporte por navegação de travessia intermunicipal, interestadual e internacional

A obrigação de inscrição, no CTF/APP, não se vincula à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, que pode ser utilizada como referência de enquadramento.

**Outras atividades do CTF/APP, Cadastros do Ibama e Relatório Anual de Atividades**

<b>CTF/APP:</b>	consulte a relação de FTE.
<b>CNORP:</b>	sim.
<b>CTF/AIDA:</b>	sim.
<b>RAPP:</b>	sim.

A declaração de atividades, no CTF/APP, que sejam constantes do objeto social da empresa ou da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ não desobriga a pessoa jurídica de declarar outras atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais que sejam exercidas pela empresa.

**Observações:**

(1) a descrição compreende o transporte de lubrificantes usados ou contaminados próprios e o transporte de lubrificantes usados ou contaminados para terceiros.

**Referências normativas:**

1	<a href="#">Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (e alterações)</a> ; art. 9º, XII; art. 17, II; Anexo VIII;
2	<a href="#">Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010</a> : referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP;
3	<a href="#">Resolução CONAMA nº 1A, de 23 de janeiro de 1986</a> : referente ao controle ambiental de cargas perigosas que circulam próximas a áreas densamente povoadas, de proteção de mananciais, reservatórios de água e de proteção do ambiente natural, para evitar a degradação ambiental e prejuízos à saúde;
4	<a href="#">Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997</a> : referente à prevenção e ao controle de poluição da atividade <i>Transporte de cargas perigosas</i> , por meio de licenciamento ambiental;

5	<a href="#">Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005</a> (e alterações): referente ao controle de óleos lubrificantes usados ou contaminados;
6	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 13, de 18 de dezembro de 2012</a> : referente à Lista Brasileira de Resíduos Sólidos;
7	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 1, de 25 de janeiro de 2013</a> : referente ao Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP;
8	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de março de 2013</a> (e alterações): referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP;
9	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 10, de 27 de maio de 2013</a> : referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA.
10	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 6, de 24 de março de 2014</a> (e alterações): referente ao Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP;
11	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 12, de 13 de abril de 2018</a> : referente ao Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RE-CTF/APP;
12	<a href="#">ABNT NBR 12235:1992</a> : Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento.



Documento assinado eletronicamente por **SUELY MARA VAZ GUIMARAES DE ARAUJO, Presidente**, em 29/06/2018, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1589028** e o código CRC **CD7584BE**.





Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

#### FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO

<b>Código:</b>	18 – 13	<b>Descrição:</b>	Comércio de produtos químicos e produtos perigosos – Resolução CONAMA nº 362/2005			
<b>Versão FTE:</b>	1.0	<b>Data:</b>	29/06/2018			
<b>PP/GU:</b>	Alto	<b>Tipo de pessoa:</b>	Pessoa jurídica:	Sim	Pessoa física:	Não

#### A descrição compreende: (1) (2)

- a importação de óleo lubrificante acabado, controlado pela Resolução CONAMA nº 362, de 2005.

É obrigada à inscrição no CTF/APP, declarando a atividade cód. 18 – 13 a pessoa jurídica que exerça atividade, em caráter permanente ou eventual, ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

#### A descrição não compreende:

(Para descrições com código em parênteses, consulte as respectivas FTE.)

- o comércio atacadista de produto perigoso não especificado e obrigado a autorização ou a licenciamento ambiental por órgão competente (18 – 7);
- o comércio atacadista com depósito para estocagem de produto perigoso, a granel ou embalado (18 – 7);
- o comércio varejista de produto perigoso não especificado e obrigado a autorização ou a licenciamento ambiental por órgão competente (18 – 7);
- a coleta e o transporte de óleo lubrificante usado ou contaminado, controlado pela Resolução CONAMA nº 362, de 2005 (18 – 14).

Não é obrigada à inscrição no CTF/APP, em razão da atividade cód. 18 – 13, a pessoa jurídica que exerça atividade ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

#### Definições e linhas de corte:

- considera-se **óleo lubrificante acabado** o produto formulado a partir de óleos lubrificantes básicos, podendo conter aditivos;
- considera-se perigoso o óleo lubrificante acabado que receba classificação de perigo, nos termos da ABNT NBR 14752-2:2009 (e correções): Produtos químicos – Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - Parte 2: Sistema de classificação de perigo.

#### Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE

<b>Agrupamento:</b>	<b>Código:</b>	<b>Descrição:</b>
-	-	-

#### Outras atividades do CTF/APP, Cadastros do Ibama e Relatório Anual de Atividades

<b>CTF/APP:</b>	consulte a relação de FTE.
<b>CNORP:</b>	sim.
<b>CTF/AIDA:</b>	sim.
<b>RAPP:</b>	sim.

A declaração de atividades, no CTF/APP, que sejam constantes do objeto social da empresa ou da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ não desobriga a pessoa jurídica de declarar outras atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais que sejam exercidas pela empresa.

#### Observações:

- (1) na hipótese de importação por meio de empresa comercial, é obrigado à inscrição, no CTF/APP, o adquirente ou o encomendante;
- (2) conforme art. 6º, § 2º; e art. 16, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, a contratação de empresa coletora de óleo lubrificante usado ou contaminado não desonera o importador de óleo lubrificante acabado da obrigação de inscrição no CTF/APP.

#### Referências normativas:

1	<a href="#">Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981</a> (e alterações): art. 9º, XII; art. 17, II; Anexo VIII;
2	<a href="#">Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010</a> : referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP;
3	<a href="#">Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005</a> (e alterações): referente ao controle de óleos lubrificantes usados ou contaminados;
4	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 13, de 18 de dezembro de 2012</a> : referente à Lista Brasileira de Resíduos Sólidos;
5	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 1, de 25 de janeiro de 2013</a> : referente ao Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP;
6	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de março de 2013</a> (e alterações): referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP;
7	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 10, de 27 de maio de 2013</a> : referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA;
8	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 6, de 24 de março de 2014</a> (e alterações): referente ao Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP;
9	<a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 12, de 13 de abril de 2018</a> : referente ao Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RE-CTF/APP;



10	<a href="#">ABNT NBR 12235:1992</a> : Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento;
11	<a href="#">ABNT NBR 14752-2:2009</a> (e correções): Produtos químicos – Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente. Parte 2: Sistema de classificação de perigo;
12	<a href="#">Instrução Normativa SRF nº 225, de 18 de outubro de 2002</a> : referente aos requisitos e condições para a atuação de pessoa jurídica importadora em operações procedidas por conta e ordem de terceiros;
13	<a href="#">Instrução Normativa SRF nº 634, de 24 de março de 2006</a> : referente aos requisitos e condições para a atuação de pessoa jurídica importadora em operações procedidas para revenda a encomendante predeterminado.



Documento assinado eletronicamente por **SUELY MARA VAZ GUIMARAES DE ARAUJO, Presidente**, em 29/06/2018, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1591369** e o código CRC **5253D400**.